Manuel de Lucena

Análise Social, vol. XIII (49), 1977-1.º, 211-237

Fascismo, colonialismo e revolução: uma leitura de Eduardo Lourenço

I

INTRODUÇÃO

(As duas almas de um socialista português)

Num artigo escrito para a crítica de livros do *Diário de Notícias* [1], já tive ocasião de proceder a uma primeira abordagem de *O Fascismo nunca Existiu*, livro fundamental de Eduardo Lourenço, há já uns meses publicado, mas ainda não criticado como merece. Chamei a esse artigo «Esquerda e Nação», título assaz conveniente, quer à obra quer ao autor. Conveniente à obra, cujo verdadeiro tema não é tanto o do fascismo quanto o do destino português: saber se e como poderá o Portugal que tem sido continuar a ser, transitar da vocação imperial a outra (qual?) devidamente sintonizada com os progressivos ventos da história... E apropriado ao autor, pois Eduardo Lourenço é um dos nossos raros intelectuais de esquerda que, numa difícil postura teórica e prática, têm procurado trabalhar a perspectiva de uma revolução socialista em termos de questão nacional. Trata-se aí de evitar, ao mesmo tempo, as opostas e tentadoras visões do bizarro socialismo à portuguesa e dos internacionalismos abstractos; visões essas em princípio inconciliáveis, mas capazes de paradoxalmente se conjugarem e de mutuamente se fomentarem no decurso da acção, pois têm em comum várias coisas: a tendência para o capitalismo de Estado; a vocação autoritária, se não totalitária, e o provincianismo cultural, que, perante o estrangeiro, ou se fascina ou se fecha... Todos os nossos sucessivos progressismos têm sofrido bastante da importação por grosso e da vontade de conquistar o Estado antes de profundamente penetrarem na Nação, de a transformar sem devidamente assimilar a sua cultura. E portanto tenderam para um despotismo só muito relativamente esclarecido.

Um socialista intimamente fiel às liberdades políticas, como o podem ser alguns oriundos das tradições liberal e libertária, opor-se-á a isto. Sabe que o socialismo democrático, onde algures exista, pede uma atenta reformulação e reforma dos projectos revolucionários, à luz da história pátria e da experiência de um povo concretamente situado. Pede nomeada-

[1] De 1 de Abril de 1977.

mente que, sem megalomania nem humilhante sujeição a qualquer país estrangeiro, se atribua ao nosso uma nova função, relativamente autónoma, no concerto internacional, inserindo-o sim em mais vastos espaços, mas sem neles o dissolver... Que esta função, em suma, seja continuação dessa história própria que sempre se renovou por ruptura, assumindo-a ao superá-la ou mesmo, em certos passos, para poder depô-la. Escreve Eduardo Lourenço que «Portugal, recebendo nos braços o seu império morto, o lavará dos pecados que nele cometeu e, morto e transfigurado, lhe descobrirá no rosto uma existência imortal, de que nunca seriamente se apercebeu». E estas linhas são melancólicas, mas teimosas. Foram escritas num amargo desfazer da feira, quando o seu sonho descolonizador visivelmente se desvanecia, perdido em favor daquilo a que chamou uma descolonização *à la sauvette*, para outros exemplar. E denotam uma inspiração profunda, que é de aquém e além-política, capaz de resistir aos piores desastres, de hibernar longamente e de animar imprevistas metamorfoses...

Assim seja. Mas também facilmente se intui que, consistindo num equilíbrio de contrários por definição instável, uma tal inspiração medianeira fique entretanto como entre Siba e Caríbdes, alternativamente exposta a cair à direita, em nacionalismo estreito, ou à esquerda, na mera exaltação classista: desistindo, pois, da mais fecunda dialéctica intelectual e social entre os dois termos; e preferindo um deles, ou para evitar maiores males (o fascismo, de um lado e, do outro, o estalinismo), ou por repugnância ao silêncio e à inacção...

Ora a mim pareceu-me, à leitura de *O Fascismo nunca Existiu*, que Eduardo Lourenço corria precisamente um risco deste género. A saber: o de recair e se deixar encerrar na perspectiva político-ideológica de um frentismo ou de uma unidade de esquerda, socialo-comunista, de cujo *aggiornamento* é legítimo duvidar; e de nela diluir, se não perder, com o mais efectivo, porque comedido, patriotismo, a capacidade de contribuir para uma verdadeira renovação do pensamento político português.

Nesse citado artigo do *Diário de Notícias* sugeri uma muito precisa (e parcial) leitura de *O Fascismo nunca Existiu*. O livro compõe-se de escritos anteriores e posteriores ao 25 de Abril, datando o primeiro de 1958 e o último de meados de 1976. E disse que nele se verificam dois movimentos divergentes. O primeiro engloba os escritos que vão até um texto das vésperas do 28 de Setembro que E. L. renunciou a publicar nessa altura, por conselho amigo («Requiem por um império que nunca existiu», de 15 de Setembro de 1974). Realiza um progressivo afastamento das clássicas noções e projectos de esquerda, conservando, no entanto, uma sensibilidade e uma orientação socialistas ao aprofundar a problemática especificamente nacional — da questão do fascismo à das colónias. E propõe, em ambas as esferas, soluções políticas incompatíveis com as de uma unidade de esquerdas. Ao passo que o segundo movimento posterior à *débâcle* descolonizadora (e também às nacionalizações), regressa à velha temática unitária, situando-se no horizonte europeu de uma mirífica e simultânea conversão dos comunistas às liberdades e da social-democracia à revolução.

Mais adiantei o seguinte: que entre o primeiro e o segundo movimentos, há na obra um vazio, cheio de inquietude e de secretos pensamentos. Refiro-me a um silêncio que vai do 28 de Setembro de 1974 ao 25 de Abril de 1975, passando pelo 11 de Março; e que deve relacionar-se com a ausência de qualquer tentativa frontal de explicar uma sensível evolução político-

-ideológica. Com efeito, o autor nada nos diz, ou quase nada, sobre as razões subjectivas e sobre as condições objectivas do seu percurso entre a abertura, de 1974, ao compromisso com Spínola e a adesão, em 1975, ao processo revolucionário em curso. Ora esta omissão da lucidez parece-me criticável, mais criticável do que a evolução em si mesma. E porquê? Porque se situa para lá das aleatórias preferências políticas ou ideológicas, constituindo uma infidelidade ao programa originário e fundamental de E. L. àquilo a que ele chama uma «paixão de compreender» a nossa (e sua) história...

Ora todas estas afirmações têm agora de ser apoiadas por uma análise dos textos, à qual vou passar. Vejamos o que E. L. nos vai sucessivamente dizendo, ao longo de *O Fascismo nunca Existiu*, sobre alguns temas maiores da nossa questão nacional: o do fascismo, o do colonialismo e o da revolução. Citarei o mais possível, não só para justificar as minhas asserções, mas também para dar aos leitores que ainda não tenham lido Eduardo Lourenço a vontade de o ler. É indispensável fazê-lo.

II

PRIMEIRO ANDAMENTO

(Conhecer o salazarismo; avisar a oposição; assumir a Nação)

A primeira parte de *O Fascismo nunca Existiu* percorre um grande arco de tempo. Vai de 1959 a 1975. Tomarei, para começar, os escritos anteriores ao 25 de Abril e, depois, os que se situam entre esta data e o 28 de Setembro:

a) ATÉ AO 25 DE ABRIL

Dos tempos do deposto regime há três textos: de 1959, 1960 e 1969. Na «necessária e inútil justificação» introdutória do seu livro, Eduardo Lourenço atribui-lhes maior relevo ideológico e maior capacidade de resistência à usura do tempo do que aos artigos pertencentes ao post-25 de Abril, que seriam de acentuada circunstância, «reflexo da urgência política em que temos vivido». E, embora haja, a meu ver, uma grande injustiça nesta depreciação, é verdade que esses três artigos iniciais dão pano para largas mangas. Neles se verifica uma considerável abertura intelectual e política à Nação; e aquele afastamento sensível, que há pouco referi, das linhas que predominavam no seio da oposição democrática. Senão, vejamos.

Escrito na embalagem da campanha eleitoral de Humberto Delgado, o primeiro desses textos tem por título «A nova República deve nascer adulta». É um artigo optimista. Já prevenia, é certo, que, «se a nova República tardar muito, não haverá poder no Céu e na Terra que nos subtraia ao destino miserável de nos confinar à estreita faixa europeia». Mas E. L. não queria crer que o Estado Novo ainda estivesse, como afinal estava, para lavar e durar mais quinze anos. Pelo contrário, acha que «desde já o próprio movimento democrático deve superar a fase em que se pensava como oposição [pois] a verdadeira oposição é o Estado Novo, de quem o favor popular manifestamente desertou». E acrescenta que «o regime reverteu de direito para aquilo que sempre foi de facto», uma ditadura ilegítima.

Que terá sido, na realidade, o deposto regime? Em *O Fascismo nunca Existiu* nunca encontramos uma definição do salazarismo em boa e devida forma, mas antes sucessivas «iluminações», em constante aperfeiçoamento e correcção de um entendimento que apenas parcialmente se explicita. Em 1959, E. L. resvala às vezes para expeditivo desprezo. E então o Estado Novo surge-nos como uma obra «sem qualquer espécie de grandeza, mesmo negativa [...] é politicamente uma construção tão lamentável que nem se pode ter orgulho de ser contra. É um penoso dever combatê-lo e nada mais». Corresponde «ao conformismo sistemático numa sociedade historicamente predisposta para ele». Contrariamente ao fascismo italiano e ao nazismo, nunca conseguiu seduzir as massas trabalhadoras, nem entusiasmar a juventude, pois «à coragem e à franqueza [...] preferiu as meias-tintas da sobrevivência». E o que fez foi «aconchegar-se na Nação, explorar-lhe a infantilidade, o orgulho, a vaidade palerma, o imperialismo de pacotilha, distraí-la com os seus próprios defeitos», nunca ousando olhar-se de frente «porque a sua essência é o medo».

Nesta ordem de ideias, Salazar, «avaro triste do que não é seu», revela-se-nos como um personagem cinzento e antipático, sinistro até, «político hábil, mas desprovido de todo o traço de imaginação», charlatão iludido, «cada vez mais vulnerável à morfina que manda vender», figura, enfim, cuja única paixão positiva se deve «a essa vocação de salvador, não da Nação, como ilusoriamente imagina, mas de um estilo arcaico de existência [...]». Num afloramento do maniqueísmo que mais tarde criticará, E. L. chega a dizer que Salazar «nasceu justamente para impedir que se fizesse a *outra coisa* [sublinhado meu] que devia ser feita [...]». O Mal, portanto, a reacção pura e perfeita: «sem favor o mais perfeito dos sistemas reaccionários do século XX. A sua longevidade confirma esta singular perfeição sem amanhã.» Sem amanhã e dir-se-ia que predestinado a não deixar nenhuma herança: «Conúbio reaccionário da ordem e da autoridade», do qual, em 1958, terá desaparecido a toga e ficado apenas a espada, «mas [...] uma espada envergonhada da sua nudez», o salazarismo parece a E. L. tão inviável que «chega a ser comovente [...] [ao] navegar por dentro para Índias que não há». A questão colonial não merece neste primeiro artigo um tratamento autónomo. As poucas referências de que é objecto decerto chegam para lhe conferir lugar cimeiro; mas a preocupação que vimos de fundar urgentemente uma nova República, para evitar ao País o confinamento europeu, não se faz ainda acompanhar por qualquer modelo de descolonização. Implica uma crença na capacidade republicana de evitar um triste fado, nada mais. Eduardo Lourenço levará tempo até franquear certo Rubicão: o Rubicão do «neocolonialismo», que nos ocupará adiante.

Ao citar, tenho escolhido de propósito as fórmulas acutilantes, que obviamente «exageram», pois elas são, simultaneamente, as mais certeiras e as que mais facilmente induzem em erro. Certeiras enquanto o exagero *revela* alguns traços essenciais do inimigo político; ilusórias enquanto a esses traços o *reduz*. Ora a tentação do simplismo está bem patente nestas páginas, quer ao tratarem do deposto regime, que seria o nosso Mal morno, quer ao conceberem *a* oposição, *a* democracia, *a* juventude, etc., como forças do Bem que se lhe opunha.

Se falamos em tentação, dir-se-á que o pecado se nos não afigura certo. E é verdade que Eduardo Lourenço já levanta alguns problemas complicados: assim, por exemplo, ao reconhecer que «a tradição de passividade nacional é muito longa e profunda. O Estado Novo não a inventou, por

mais que custe admiti-lo aos democratas abstractos». E também ao advertir que «a concepção utópico-liberal deve rejeitar-se, embora se guarde o ideal que ela traduz», e ao admitir que «a reacção salazarista nasceu entre nós contra essa demissão democrática do poder público», pois «Salazar viu bem que o poder é indivisível», etc. Mas, apesar de tudo isto, ainda se alheia de questões capitais, como a do enraizamento e relativa legitimação (tradicionalista) do Estado Novo e a da unidade (ou não) das forças que se lhe opunham, chegando a dizer que o regime, para se manter, quando a memória dos malefícios da 1.ª República se esbateu, «começou insuflando ar no pequeno balão do comunismo». E lá insuflar insuflava. Mas pequeno balão... O problema de saber até que ponto a contraposição fascismo-comunismo pode contribuir para o sustento e reforço de ambos ficava, em 1959, no tinteiro.

O texto de 1960 («Brasil — caução do colonialismo português») não se limita a atacar Juscelino Kubitschek (e o Itamarati) pela sua participação nas comemorações henriquinas, «conclusão lógica, histórica e mítica de trinta anos ininterruptamente comemorantes». Compreendendo perfeitamente o sentido da manobra diplomática em curso, que associava o Brasil, «antiga colónia que os Portugueses trazem todos na lapela da alma como a mais exaltante das flores», para demonstrar ao mundo «que o nosso colonialismo é de essência positiva e radicalmente diferente dos outros», E. L. censura o *Portugal Livre*, de Miguel Urbano Rodrigues, por ter criticado a vinda a Lisboa do presidente brasileiro como simples caução da ditadura, deixando na sombra a questão colonial. E vituperando «a maquinaria das comemorações», que, ao enaltecer a obra do Infante, visa «englobar nela todos os actos dos Portugueses e, pela mesma ocasião, justificá-los em globo», atira-se a Salazar como gato a bofe, dizendo que «o mestre-de-cerimónias da nossa impotência continua o seu pavoroso jogo de avestruz». Mas, apesar de todo o seu furor, também designa claramente o magno problema que quase toda a oposição tentava iludir. Fá-lo desde logo ao ver no antigo presidente do Conselho o «representante de uma nação que, por mal dos seus pecados, não é acidental, mas sim essencialmente colonialista, a única no mundo tão tragicamente conforme a essa vocação, que no momento exacto de duvidar dela a exalta com um frenesim que toca as raias da loucura e da grandeza». Eis o que já dava basto pano para mangas de como imaginar essa nação diversa. Mas Eduardo Lourenço ainda dizia mais — complicando singularmente o problema.

Admoestando o «Portugal democrático» de que «é preciso liquidar a sério o mito do colonialismo português», E. L. anota que esse mito tem «uma configuração [...] estranhamente idêntica à da ditadura, sábia, paternal, do nosso inefável chefe». Deste modo, associa intimamente os combates anticolonialista e antifascista, coisa justa que depois se foi tornando lugar-comum, na oposição portuguesa, de um simplismo fatal. Mas não assim no nosso autor: ao associá-los, E. L. põe na mesa várias ideias complicadas, com as quais a esmagadora maioria dos (então) oposicionistas nunca viria a fazer contas.

Em primeiro lugar temos a ideia de que «há um ponto sobre o qual o mito do colonialismo português é exacto: ele é realmente diferente dos outros [...] [2] ingleses, franceses, holandeses, belgas, eram, foram ou são colo-

[2] Eduardo Lourenço abre aqui uma excepção para os Espanhóis, mas bastante relativa e já historicamente ultrapassada.

nialistas que se aceitam como tais. Mas nós não sabemos o que isso é, somos colonialistas como somos portugueses. É que, durante séculos, esta imagem, tanto quanto os costumes do tempo a autorizavam, se aproximou da verdade. Desta imagem, que foi sobretudo a nossa no Brasil, jamais nos pudemos desfazer». Desponta aqui o tema da «inocência» colonizadora, desenvolvido em artigos de 1975, «inocência» essa da qual todos estaremos «retornando» depois do 25 de Abril... E cuja raiz se acha «na identidade substancial das situações metropolitana e colonial, *ambas coloniais*, a tal ponto que, salvas certas manifestações tipicamente esclavagistas [...] *o colonizado da metrópole não acha muito estranha a situação do colonizado* das 'províncias'»...

Desta ideia, da convicção de que «nós somos ou nos colocámos na situação de povo *intrinsecamente colonizador*», decorria porém, desde logo, em boa lógica, a interrogação crucial de como diabo poderia a nação portuguesa continuar sendo quando acabasse o império. Se o colonialismo lhe era intrínseco — ou se através dele se foi fazendo ela —, então parece que a perda das colónias tinha de originar uma crise de identidade nacional.

Dar-se-ia até e por força — bem vistas as coisas —, uma verdadeira e própria perda *dessa* identidade ou histórica configuração, sobrevindo dolorosa busca de uma outra; dolorosa e duvidosa, pois se não pode trocar de nação como quem muda de fato. Digo nação, e não país... Com efeito, *à nação* corresponde sempre um certo ideal colectivo e o efectivo desempenho, em parte real e em parte imaginário, de uma dada função no mundo, cobrindo-se a nudez de alguns factos com o manto diáfano dos mitos unificadores. Ao passo que *o país* constitui a matéria-prima ainda incerta: uma terra e uma gente, sem dúvida culturalmente especial (e por vezes extremamente original), mas que de vários modos há-de sucessivamente viver, hoje assim e amanhã assado, com independência política ou sem ela; e quiçá integrando-se, mesmo quando se não dissolva, num diverso espaço económico e numa mais vasta unidade geopolítica...

Nestes primeiros artigos de 1959-60, Eduardo Lourenço ainda não desenvolvia de caras esta problemática. Mas já de certo modo esboçava uma resposta ao abordar de raspão outro tema com futuro, que era o das relações entre a democratização de Portugal e a libertação das colónias. A esse respeito começava por afirmar que, «na tenebrosa situação em que nos encontramos, a nossa África é antes de tudo *um problema metropolitano*» — e parece óbvio que, para nós, Portugueses, tinha de ser. Mas logo advertia não depender a solução do problema africano da solução metropolitana: «[...] pelo contrário, a solução metropolitana depende da de África.» Ora aqui é que tudo fiava já muito mais fino: captando meia verdade, E. L. deixava na sombra a outra meia, a saber: que a forma da vindoura descolonização — tão influente sobre o seu conteúdo *in loco* e sobre a sua significação geestratégica — também ia depender não pouco da evolução política metropolitana. Eis o que, por desgraça, só tardiamente se viu. Mas não antecipemos.

Apesar disto, Eduardo Lourenço tinha, sem dúvida, razão contra todos aqueles oposicionistas — e muitos eram — que tremiam como varas verdes à ideia de independências negras; ou que, por tacticismo, evitavam pronunciar-se. E também a tinha ao nível superior da missão e promissão nacional, embora não esclarecesse (ninguém, ao tempo, esclareceu) como seriam as novas relações africanas do Portugal democrático.

Alguns anos mais tarde, em plena campanha eleitoral de 1969, na sua «contribuição para um debate difícil,» o nosso autor manifesta-se plenamente consciente desta lacuna ao duvidar de que as oposições possam deveras oferecer uma «alternativa plausível» à política colonial do regime, alternativa essa que conviria saber qual fosse, «não de maneira alusiva ou evasiva, mas *concreta*». Pois «não basta que se nos fale em *autodeterminação*, ou, até, de *abandono*, será preciso explicar com realismo político o que isso significa e quais as consequências tanto em matéria africana como metropolitana». Pois, de outro modo, a política do regime, «por muito que custe admiti-lo, será a política do País». O desafio contido nesta hipótese afigura-se o de que ou o Portugal democrático mantém, ao entrar no quadro europeu, uma dimensão africana; ou o salazarismo terá sido o último e único possível conservador da Nação; dessa nação que temos sido e que, em princípio, tenderá a perseverar no seu histórico ser. Ora uma autêntica continuidade nacional não é concebível se Portugal e a sua função no mundo se tornarem radicalmente *outros*...

Bem vistas as coisas, estamos aqui bem longe da tranquila confiança de dez anos antes, quando E. L. afirmava que «só um juridismo cego podia tentar cobrir com elegantes decretos-leis o abismo concreto que o separa [ao salazarismo] da alma total da Nação». Não tendo cabimento uma contestação desta frase que, no fundo, aceitasse tão românticos termos, a verdade é que as relações entre o salazarismo e essa «alma» foram bem mais complexas. A questão decisiva de como inventar um Portugal sem Salazar já se punha com nitidez em 1969. E os presságios afiguravam-se ao nosso autor francamente maus, embora ele se não exprima em tão categóricos termos. Ora vejamos.

Para explicar a falta dessa «alternativa plausível» (ausente nomeadamente dos programas e dos debates da C. E. U. D. e da C. D. E.), era possível recorrer a um velho cavalo-de-batalha anti-salazarista: «[...] é verdade que, num regime e numa situação como a nossa [...], uma verdadeira explicação da situação africana e dos laços que a prendem à da metrópole (ou vice-versa) *nem é possível nem porventura aconselhável*.» Mas Eduardo Lourenço, que sempre se preocupou com certas aborrecidas parecenças entre o regime e uma certa oposição [3], não se satisfaz com tal argumento, pois «nele ecoa não sei que relento de antidemocratismo que não é sem paralelo com que norteia a política de sigilo do próprio regime».

Esta premonitória inquietude inseria-se numa dramática revisão do velho (e sumário) fundo ideológico comum das oposições de então; e também na crítica radical dessa fénix arábica, perpetuamente renascida das próprias cinzas, que era a unidade antifascista. Sem contemplações, Eduardo Lourenço considera a ruptura de 1969 como «um facto positivo», «ruptura histórica salutar», «falha [através da qual] é o ar da própria liberdade que se infiltra». E como se infiltra ele? Pois pela mão da C. E. U. D., naturalmente, sobretudo se a C. E. U. D. «souber e tiver a coragem de explicar claramente os motivos do dissídio», sem poupar «quem não será complacente para com ela»...

Os motivos do dissídio, «absolutamente capitais para o futuro da democracia em Portugal», deixam-se adivinhar com facilidade. Tratava-se

[3] Já no citado artigo de 1959 sobre a nova República exortava os democratas a fugirem «à tentação de reinstaurar, seja sobre que pretexto for, uma qualquer outra forma de monólogo político».

da querela entre, por um lado, a clara opção da C. E. U. D. em favor do princípio representativo, logo acusada de burguesa e formal, mas que, apesar de todos os seus defeitos e limites, parece a E. L. «a única, adentro dos quadros da oposição tradicional, que salvaguarda a perspectiva de uma democracia efectiva»; e, por outro lado, «a singular invenção de se evaporar, de vir a público confessar *que não era ninguém de preciso,* que era uma ideia à procura de um corpo, o futuro reino de Deus democrático em que toda a gente cabe» que caracterizou a falsa unidade aberta da C. D. E. Vendo nela uma espécie de negativo da União Nacional, o nosso autor não deixa, além disso, de escalpelizar o método das consultas à massa anónima, de que a C. D. E. se reclamava. E é claro que considera «demagógico, no contexto português, fazer de uma tal experiência de espontaneísmo o critério da representatividade democrática», dado que tal experiência era então impossível. E impossível porquê? Porque o contacto com as grandes massas populacionais, na restrita medida em que deveras tivesse tido lugar, certamente decorrera em condições de uma mais do que duvidosa democraticidade...

Nesta querela, que prefigura a de 1975 entre os partidários e os adversários do poder popular, E. L. tomou pois um partido inequívoco. No geral, foi contra; e no particular, identificou perfeitamente a concorrência, na C. D. E., de «duas fontes políticas, dois discursos confundidos num só». Os quais eram: por um lado, o discurso instrumental do P. C. P., de um vanguardismo autoritário, burocrático e pré-totalitário[4]; e por outro, o de algumas individualidades, companheiros de estrada provavelmente convictos de um dia poderem vir a realizar o programa libertário da democracia directa; mas que entretanto estavam «nas mesmas condições de insignificância democrática que atribuem à C. E. U. D.». A observação tem interesse na medida em que esta convergência havia de se reproduzir na aliança Povo-M. F. A., e sem que entretanto se tivesse invertido a relação de forças no seu seio... Mas estamos a afastar-nos do tema principal.

O que mais interessa aqui salientar é que a análise da querela eleitoral levou Eduardo Lourenço para longes terras, quer em matéria de alianças políticas, quer no tocante à própria avaliação do regime salazarista, adversário principal. Concentremo-nos nestes dois pontos.

Pelo que ao regime diz respeito, E. L. acentua as distâncias que já vinha marcando perante o oposicionismo dominante, mas não modifica o seu juízo acerca dos traços distintivos do Estado Novo, nem abjura das duríssimas sentenças que sobre ele proferira. Mas, em tempos de abertura marcelista, mudam a tonalidade, o pano de fundo e o sentido histórico da crítica — e estes muito, com resultados práticos notáveis. Pois o nosso autor assenta agora no princípio de que «em política não há monstruosidades e sobretudo monstruosidades que duram 40 anos, mesmo se nela há coisas monstruosas»[5]. E reconhece, finalmente, que a imagem do regime «não corresponde (sobretudo de há dez anos a esta parte) à caricatura grosseira que a oposição dele fez e onde nem ele nem um número imenso de portugueses o reconhecem». Mais: uma tal caricatura, fruto «da sessão de ilusionismo

[4] Este artigo, embora sem mencionar explicitamente o P. C. P., não deixa quaisquer dúvidas acerca de que partido se trata.

[5] E prossegue: «[...] ou então, no nosso caso, se há monstruosidade, não é de excluir que se encontre ligada com a totalidade do viver nacional [...] Sendo assim, não será com receitas mágicas, mesmo as mais generosas, que a exorcisaremos.»

político que todos temos praticado a meias», com o alheamento da realidade portuguesa que implicava, correspondeu muito exactamente à «orientação esquizofrénica do 'tandem' regime-oposição, tomada em 1945». A qual, traçando na cena política, entre o Bem e o Mal, uma linha divisória, cujo moralismo era inflexível, reforçava poderosamente «esse unitarismo sem real unidade que foi durante 30 anos a máscara da oposição [e] serviu apenas o mútuo imobilismo dessa oposição e do regime contra quem lutava».

Ora essa oposição «já então era oposições», e bem poderia, enfim, assumir coerentemente a sua diversidade. Eduardo Lourenço não chega a dizer *expressis verbis* que o salazarismo também era plural. Mas subentende-o claramente em vários passos deste artigo e extrai do facto as devidas consequências práticas. Depois de reconhecer que «o regime tal qual existiu e persiste é uma realidade bem portuguesa», recusa-se de todo a «imaginar de um lado o regime carregado com todos os pecados de Israel [...] e do outro uma oposição ou oposições que a si mesma se creditam de uma visão política e de um comportamento imaculados». E conclui desejando que a C. E. U. D. inaugure «o tempo da responsabilidade política concreta [...], iniciando assim um processo de democratização que não diz apenas respeito à facção opositora do país, mas engloba o próprio regime». A partir daqui, imagine quem possa. Decerto o nosso autor não fecha a porta a uma nova unidade da velha oposição, desde que respeitosa do intrínseco pluralismo. Refere-se até expressamente à sua possibilidade e legitimidade. Mas isso mais parece uma cláusula de estilo, na qual não insiste. E de quão pouco dela em 1969 esperasse testemunha este cruel remoque *en passant* segundo o qual, após «trinta anos de provas e provações [e perante] uma mutação histórica sem precedentes [...] da quase totalidade dos dirigentes ou candidatos da oposição se pode dizer o mesmo que dos emigrados da Revolução Francesa no regresso: não aprenderam nada e não esqueceram nada». Pior só a de um velho oposicionista que dizia: «[...] bem vistas as coisas, a única diferença entre o regime e a oposição é que a oposição tem razão.»

O mínimo que tudo isto nos sugere (sobretudo aquela referência ao tempo da responsabilidade política, implicando para a C. E. U. D. «a obrigação, não fácil de cumprir, de pensar em termos realistas os dados da situação política nacional») é a tendência para um jogo concertado com as tendências que, no interior do deposto regime, praticando a abertura e visando a democracia, se fossem a si próprias democratizando. E do mesmo passo procurassem uma solução por etapas, airosa e patriótica, do problema colonial.

Dedução arriscada? Não. Estes artigos implicam-na sem estorço; e há em seu favor indicações bem precisas em outros textos que agora vamos ler.

b) DO 25 DE ABRIL AO 28 DE SETEMBRO

A abertura política marcelista não foi longe. Em certos aspectos, até fez marcha atrás. Mas a acção decisiva contra o «Estado Novo» veio na mesma de dentro, assumindo essa forma extrema da superação a que se chama *derrube*. O 25 de Abril confirmou portanto, embora de um modo algo imprevisto, opiniões antigas de Eduardo Lourenço acerca do carácter não monolítico do deposto regime; bem como sobre a necessidade de abarcar

na democratização personalidades e sectores ex-situacionistas — e desde logo extensas fatias da máquina estadual militar e civil. Por outro lado, trouxe nas bagagens da democracia, como preocupação maior, a de sair do *impasse* nas colónias. Restava, porém, saber como.

Desde logo se pressentiu que a maneira de descolonizar teria muito a ver com a natureza que o processo político metropolitano fosse assumindo. A rápida liquidação, articulando-se como se articulava com os vanguardismos de esquerda civis e militares, pediu, no plano interno, o predomínio deles — e foi-os promovendo em retorno [6]. Ao passo que negociações compassadas, na perspectiva atentista de eleições a um ano de distância, cara aos moderados, teriam permitido que um largo debate nacional sobre a descolonização tivesse eventualmente lugar. Eis, na forma simplista que infelizmente assumiu, o dilema português ao aproximar-se o Verão e depois o Outono de 1974: de um lado, a revolução socialista, condenada ao golpismo, cujas várias e incompatíveis versões concordaram porém numa retirada brusca e incondicional das colónias; do outro, um reformismo meio social-democrata e meio burguês, a que presumivelmente corresponderia uma solução neocolonialista; e cujas vistas relativamente largas se foram na prática revelando curtas — assim se condenando a perder a partida. Perdeu-a definitivamente a 28 de Setembro, data em que o P. S., fiel da balança, lhe voltou as costas, embarcando provisoriamente [7] numa confusa e contraditória (mas efectiva) unidade de esquerda...

O livro que estamos a percorrer contém quatro artigos escritos entre o 25 de Abril e o 28 de Setembro, mas dois deles [8] não entram neste debate. Nos restantes, de fins de Junho e meados de Setembro respectivamente, E. L. manifesta viva preocupação, reprovação e pena por aquilo que já se esboçava. Estamos perante um discurso ideológico e político na sequência lógica do que analisámos no parágrafo anterior, de nenhum modo sugerindo as mais recentes inclinações do autor. Ouçamo-lo.

O democrata Eduardo Lourenço, que várias vezes exalta neste livro, em termos de acentuado idealismo, a fagueira esperança de ver instaurado um simples e fecundo «debate da Nação consigo própria», não podia ter deixado de ficar desfavoravelmente impressionado com o facto de ao indiferentismo da opinião pública relativamente à política colonial do deposto regime, na qual não participava, ter sucedido «um desinteresse ostensivo que considera como resolvido um problema que já antes só existia para ela negativamente». Mas em Junho de 1974, ao escrever estas linhas, no artigo intitulado «Quantas políticas africanas temos nós?», ainda não imaginava tudo o que estava para vir. Parece-lhe «evidente, para quem não se queira cegar, que a questão africana não foi abolida, nem o será tão cedo como os utopistas profissionais no-lo prometeram [mas ...] apenas recolocada numa outra perspectiva, felizmente aberta». E, embora já diga que tudo se passava como se a perspectiva de Spínola, «desenvolvida com energia, autorizada como nenhuma outra [...], tivesse sido ultrapassada

[6] Com efeito, esta relação foi dialéctica: a promessa demagógica de descolonizar total, rápida e exemplarmente não contribuiu pouco para a ascensão dos elementos revolucionários em Portugal.

[7] Tem-se reparado pouco em que o combate do P. S. contra a hegemonia do P. C. P. só se trava (e a meu ver só podia travar-se) depois de assinados os acordos do Alvor, que já «continham» o essencial do que estava para vir em Angola...

[8] «Carta aberta ao português que ainda não foi a Belém» (pp. 73-75) e «O Waterloo da igreja portuguesa», pp. 91-92.

pela urgência política internacional ou funcione como mera referência decorativa e utópica», ainda julga que, se a divergência entre os esquemas descolonizadores em presença ainda não degenerou em incompatibilidade a nível governamental isso deve-se «à unanimidade acerca de um ponto capital: o da presença branca em África». Nisso estariam todos de acordo: ambas as hipóteses, quer a de Spínola quer a dos progressistas, à qual E. L. significativamente chama a do «entreguismo concebido como o não-entreguismo», coincidiriam na pretensão de constituir a melhor forma de defender essa presença e os lusos interesses. Seriam, em suma, «duas apostas que excluem a única questão-tabu», a da atitude a tomar pelo País «diante da perspectiva de uma independência sem fatal presença branca». Ora esta possibilidade recalcada foi precisamente a que depois veio a desenhar-se com maior nitidez, se por presença branca entendermos, como E. L. entendia, a dos Portugueses... Mas não antecipemos.

Em Junho, o nosso autor toma decididamente posição contra o maximalismo descolonizador, cuja irresponsável descontracção vinha dos tempos do oposicionismo, em que «perder a África era, sem mais, uma derrota do fascismo e do colonialismo portugueses». E prefere uma política do possível, que não abandone os colonos, embora deles não faça os interlocutores principais; e que não identifique automaticamente a autodeterminação com a independência, embora admita o caminho de uma à outra como «da ordem do possível e do aceitável». Eis aquilo a que se pode chamar uma inclinação *nuancée* em favor da posição spinolista; ou, talvez melhor, uma tentativa de mediação entre as opostas exigências que então se defrontaram numa batalha incerta. Citemos: «[...] embora a perspectiva federalista [...] tenha perdido muito em viabilidade aos olhos do seu autor, a distinção capital entre o momento autodeterminativo e o momento independentista continua de pé [...]» Ocorre apenas acrescentar, para esclarecimento de uma posição análoga à que na altura defendi [9], que esta proposta não constituía provavelmente uma simples mediação. Arrancava da convicção correctíssima segundo a qual o processo de descolonização, para cuidar dos vivos e acautelar a presença portuguesa em África, não devia ser única nem essencialmente político. Como «as rebeliões africanas não são revoluções políticas, mas sociais, ou para isso tendem [...], o famoso processo de autodeterminação só terá um conteúdo aceitável para os revolucionários se for dessa ordem social, isto é, se puser em causa, sem equívoco, o estatuto de privilégio económico da minoria branca». É óbvio: os nacionalistas só aceitariam ou isto ou o abandono que afinal se verificou, deixando-os com as mãos tragicamente livres (de nós) e vazias, destinadas a arrostar com demasiada miséria, a fazerem correr rios de sangue e a cair em alguma nova dependência.

Ao sugerir, como mais alguns sugeriram, um diverso caminho e a única originalidade capaz, E. L. estava perfeitamente cônscio das suas asperezas em matéria de colonos [10]. Mas parece ignaro de outras dificul-

[9] Vejam-se alguns artigos saídos no *Expresso* desde Maio de 1974 («As coisas sonháveis», «Outro caminho...») e republicados em volume alguns meses depois (M. Lucena, *Portugal Correcto e Aumentado*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975).

[10] «Seria trágico que as minorias brancas lessem na solene garantia do presidente da República uma confirmação da imaculada boa consciência colonial e colonialista [...]. A perspectiva de coexistência [...] implica justamente o abandono do antigo estatuto privilegiado dessas minorias. O que significa que a promessa de as salvar implica que elas comecem por se salvar a si mesmas. É isso possível?»

dades. Refiro-me nomeadamente à metrópole: ao peso das resistências ideológicas civis, aos compromissos de descolonização rápida já assumidos por algumas forças políticas e à renitência de muitos militares (à vista de tudo isso e na ausência de uma firme orientação governativa) em prolongar o esforço africano. Pois a descolonização económica e social, que levaria alguns anos, passaria por outros combates... Mas adiante.

Se em Junho a questão se mantinha em aberto, em Setembro não. A balança já pendia para um dos lados quando E. L. terminou em Vence, no dia 15, o «Requiem para um império que nunca existiu», artigo que, por conselho amigo, não publicou nessa altura. Nessa altura, quando se preparava a manifestação da maioria silenciosa, os acenos da sua mais calorosa simpatia vão para António de Spínola, em cujo «histórico e admirável discurso de 'adeus ao império' [...], e contrariamente ao que se ouve nas outras vozes menores [...], perpassou, enfim, o eco consciente de um drama histórico de ressonâncias abissais em nós, e não apenas a preocupação espectacular de se desembaraçar sem remorsos de um pesadelo inoportuno» [11]. As coisas da descolonização iam mal e prometiam pior, surgindo aos olhos do nosso autor (e deste seu crítico) como «o último capítulo de uma longa história de ocasiões perdidas, vividas como se tivessem sido ganhas». A perder-se estava, aliás, não só a dimensão africana, mas também (ou em riscos disso) a democracia metropolitana, vítima desse «neoconformismo pseudodemocrático» que recorria às acusações de «agressão ideológica» para «infamar a preço vil [...] a normal e democratíssima vontade de examinar e discutir os problemas de um país que é de todos». E, assim, «o mais grave problema que se pôs à Nação desde que existe, afora o da sua subsistência, é tratado contra o espírito democrático que estruturou o movimento e as declarações impressas das Forças Armadas, à margem e na ausência da representação nacional; e o País é assim colocado na situação de interinar, em matéria de tal monta, uma política do facto consumado».

Raramente sucede alguém protestar contra a forma da decisão política se o conteúdo lhe estiver agradando. Mas é verdade que E. L. integra a categoria dos que, por não identificarem as formas com o formalismo, são capazes de o fazer. Na ocorrência, todavia, não foi esse o caso. A política do facto consumado constituiu, a seus olhos, aquilo a que chama uma descolonização *à la sauvette*. Eduardo Lourenço falaria, mais tarde, a propósito de Angola, num «Alcácer Quibir sem restauração possível». Note o leitor como a descolonização e a sobrevivência nacional se implicam nestas linhas, sobretudo se pensarmos que o império «mesmo inexistente nos criou tal qual somos». Uma megalomania nacional impenitente ia aliás resplandecer à despedida, «última metamorfose do nosso colonialismo inocente», quando a ideologia descolonizadora entrou a prometer mundos e fundos no quadro da futura e impecável lusofonia. Então, «esses arautos

[11] Genericamente, E. L. refere — além do silêncio «daqueles que mereceram perder a voz única e prepotente» — a «indiferença ingénua e obtusa dos que se colam ao presente por ausência de imaginação ou por oportunismo congénito» e também o «júbilo natural masochista dos leiloadores daquilo que não nos devia pertencer nem lhes pertence a eles». Mais adiante diz que «o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros liquidou ou está liquidando o contencioso africano, sem aparentemente experimentar o desejo de um contacto humano e político profundo com as mesmas colónias, enquanto realidade colonialista que continuam sendo».

da descolonização acelerada comprometem-se a oferecer às novas pátrias futuras, enfim desvinculadas *politicamente* da metrópole, ajuda económica, técnica, cultural, em termos superiores àqueles que Portugal fornecia quando as tinha por suas [...], sem neocolonialismo fatal nem desilusão futura». Conseguiríamos algo que nenhuma outra potência colonial conseguiu. Continuaríamos, em suma, orgulhosamente sós, desta vez no Bem...

Eduardo Lourenço, considerando esta aposta «digna dos mais desvairados dos nossos antigos sonhos imperiais», não nega o que ela tem de moralmente tentador, não exclui sequer que deva ser praticamente tentada, «se é esse o apelo das novas pátrias lusitanizantes, que através do sucesso de uma tal empresa ficariam enfim, e plenamente, luso-africanas ou africano-lusas, justificando *a posteriori* uma colonização de que neste momento só convém salientar o impacte colonialista intolerável». Mas interroga-se sobre as suas condições de possibilidade; e conclui, sobriamente, que só «um Portugal serenamente reformista poderá ser, só ou, sobretudo, acompanhado, o mestre-de-obras de tão imperial empresa». Acha extraordinário — e era — que «ela nos seja proposta por homens de projecto revolucionário, para quem o capitalismo, sob todas as suas formas [...] é o inimigo a liquidar». E isto não só porque Portugal continuava a ser «a pátria chica dos grandes Champalimauds, Melos e Cupertinos». Pois é de notar que, introduzindo uma prevenção decisiva, E. L. já adiantava o seguinte: mesmo a supor que o País «se tivesse convertido e tornado numa espécie de Cuba europeia», dificilmente estaria em condições de ser para os novos países de expressão portuguesa, «estes sim mais próximos de Cuba, o que a União Soviética é para a Cuba verdadeira»...

Quando estas linhas foram escritas, ainda Cuba não chegara a Angola, nem o autor previa que estivesse para chegar. Mas já suspeitava de que a promessa de uma descolonização exemplar, perfeitamente isenta de todo e qualquer neocolonialismo, pressupunha a caução de (e encobria uma oferta a) uma outra metrópole, «mais rica e mais empreendedora do que a nossa [...] a interessar-se pela nossa ex-África e pela metrópole dela». Só que E. L. imaginava o nosso lugar tomado pelo Brasil e pelo dinâmico capitalismo brasileiro — e, em vez deste, viriam a sair-nos testas-de-ponte pró-soviéticas, em amarga confirmação de certos catastróficos vaticínios salazaristas. Mas ninguém diria em 1974 que a substituição pudesse ser tão rápida, se calhar nem sequer os próprios autores e os beneficiários dela...

Em Setembro de 1974, o senso histórico e patriótico de E. L. inclinava-se, sem maquiavelismo nem resignação, para a ideia de que uma saída relativamente airosa nunca poderia ser quimicamente pura de elementos neocolonialistas. Com efeito, «o que o Portugal de Mário Soares e, mais ainda, de Almeida Santos se compromete a realizar em África releva do neocolonialismo e é inútil inventar de corpo inteiro um novo mito a acrescentar aos outros de que o nosso colonialismo inocente está repleto». Era aliás de enjeitar um conceito (de neocolonialismo) eivado «duma carga pejorativa mistificadora». E o que havia era «incoerência, ou falta de coragem política e tartufismo, ao querer apresentar como sendo outra coisa aquilo que está bem à vista e que assumido com coragem não envergonha ninguém».

Eis o que parece claro. Tenho sido abundante nas citações, algumas muito belas, na tentativa de não falsear nem forçar o pensamento alheio. Ora, neste sentido, também cumpre advertir de que, no texto que tenho estado a citar — o artigo que tem por título «Requiem para um império que nunca existiu» — se manifesta já um certo desespero e uma grande

melancolia (de arte funerária porém, não fúnebre) perante o que estava à vista e o imediato porvir. E. L. refere-se a uma natural tentativa *post mortem* de «inventar, enfim, em termos novos uma aventura falida e sem ressurreição possível»; e prossegue dizendo não ser de excluir que Portugal venha um dia a ter como «uma das suas ocupações mais profundas a de peregrinar em ex-terras imperiais em busca daqueles ossos fabulosos que, como Deucalião, atirará para trás das costas, para repovoar a sua imaginação estreita e deserta». Ora isto parece apontar, com o seu quê de misticismo, para uma permanência e metamorfose fundamentalmente culturais da presença portuguesa, sem necessária referência a realizações políticas. Mas E. L. não é explícito, pelo que temos de deixar o ponto em aberto, como talvez ainda na realidade esteja.

Seja como for, o «Requiem...» terminava com o seguinte elogio: «[...] no grande espaço português, a lâmpada imperial está já apagada. Um só português vela, com grandeza e fervor dignos de tão imenso e irreal cadáver, o catafalco das nossas esperanças. É verdade que é um ex-herói do Império e um herói do ex-Império.» O elogiado chamava-se obviamente António de Spínola. E a prosa transcrita pode e deve considerar-se «pró-spinolista», desde que em termos hábeis: não significa uma coincidência com os projectos políticos do general, sobretudo na parte em que se lhe adivinhava conservadorismo acentuado — e muito menos um apoio incondicional à carismática figura; mas «apenas» uma profunda sensibilidade ao que ele profundamente representou, compreendendo naturalmente a disponibilidade para alguns transitórios compromissos práticos: em prol de uma outra descolonização e também em defesa («musculando-a») da democracia que periclitava...

Ora este «apenas», para um homem de esquerda (e que não deixava de o ser) era já tanto... Aqui, porém, algo mudou em E. L. depois do «28 de Setembro», como vamos agora mais brevemente ver.

III

SEGUNDO ANDAMENTO

(Retomar o «frentismo» e reformar a revolução)

Em *O Fascismo nunca Existiu*, os artigos posteriores ao 28 de Setembro de 1974 são-no também ao 11 de Março de 1975 e às eleições de Abril do mesmo ano. Dá-se, com efeito, na obra um lapso de sete silenciosos meses, sobre o qual adiante reflectirei. Para já, basta-nos constatá-lo. Tomaremos, além disso, bem nota do que esse lapso nos permite saltar em gradações entre duas fases bem distintas da vida nacional. E assentaremos, enfim, em que este trânsito coincide com uma mudança notável na atitude política do nosso autor. Que mudança? *Grosso modo*, a que o leva da abertura reformista a certas alianças «burguesas», moderadas e algo nacionalistas, a uma nova fé revolucionária apostando na unidade de esquerda. Que a revolução foi o pomo, ele o diz. Em 1974, «o general Spínola e a sua proposta de descolonização fazem parte de um sistema coerente, o sistema de quem está bem situado para saber que *não estamos numa revolução*». Em 1975,

pelo contrário, já refere uma possível «*incapacidade do P. S. de se aperceber de que estamos em revolução*, [a qual] a ser o que parece, justificaria as mais legítimas apreensões e sobretudo [...] o processo implacável que desde o começo o P. C. moveu ao P. S. [...]». Sobreviera de facto uma tempestade política e toda a segunda parte do livro dá testemunho da adesão de E. L. ao processo que então decorreu.

Convirá precisar o sentido dessa adesão antes de se lhe analisar a íntima fragilidade. A breve exposição que se segue tende a demonstrar várias coisas: em primeiro lugar, que E. L. aderiu sinceramente, porque criticamente, à revolução portuguesa de 1975; em segundo, que, na grave querela de então, optou pelo socialismo democrático; em terceiro, que defendeu o P. S., mas sob condição de este partido ser e se manter revolucionário; e, finalmente, que, mesmo nos piores momentos do P. C. P., sempre o criticou em nome de uma desejada unidade de esquerda. Comecemos por este último ponto.

Em pleno Verão quente de 1975, Eduardo Lourenço definiu a sua posição no *Jornal Novo:* antes de mais nada, no debate com Eduardo Prado Coelho (uma «Carta aberta» e dois pós-escritos, de 23 de Julho e 20 e 21 de Agosto respectivamente), e depois num artigo intitulado «O camarada Vasco», de 4 de Setembro. Aí responsabiliza severamente o Partido Comunista pelo que então sucedia, acusando-o da «determinação implacável de eliminar o P. S. da cena política portuguesa», de confundir o País com «a facção do M. F. A. por ele fascinada» e sobretudo, sobretudo, de ter sido ele próprio quem, deixando cair a máscara, «criou essa reacção de que precisava para existir como se pensa». Mas não deixa, mesmo assim, de assegurar ao seu interlocutor que lhe fala em nome de amanhãs que cantam, mantendo a opinião antiga de que «não haverá socialismo em Portugal sem participação criadora e dinamizadora do P. C. P.» E o diálogo termina com uma nota de esperança, pois a divergência com Prado Coelho, que nessa altura passava por comunista «europeizante», era, embora firme, amistosa e «ávida de conciliação sempre possível».

No discurso relativo a Vasco Gonçalves, o pano de fundo é o mesmo, mas já se afirma com maior precisão a ideia de que a confiança e o apoio de Eduardo Lourenço ao P. S. (e aos Nove) são condicionais. O camarada Vasco, tendo querido acelerar brutalmente as coisas, foi criador de um estado de blocagem global da revolução, constituindo até «a chance actual da reacção». E é por isso, só por isso, que E. L. acha que ele deve partir. Pois, se a sua queda «representasse uma desaceleração mortal do processo revolucionário, seria imperativo fazer de cada português não reaccionário a famigerada muralha de aço»... Desponta aqui «o temor plausível de um novo Termidor», que E. L. pretende esconjurar. Para tal, conta sobretudo com os socialistas e com os Nove, dizendo ser inconcebível que o então primeiro-ministro caia, simultaneamente, às mãos deles e do arcebispo de Braga. E a razão está, evidentemente, em que, «se o seu apagamento é necessário [...], só o pode ser em nome e em função de um projecto de revolução enquanto inequivocamente socialista, e não [de uma] circunstancial aliança, cimentada por um repúdio meramente negativo». Pois Eduardo Lourenço acredita — e em breve veremos que se trata, parece, de um artigo de fé —, acredita, dizia, em que «o dilema não é entre revolução e democracia burguesa [...], é entre o socialismo autoritário, antidemocrático e burocrático de Vasco Gonçalves e o socialismo democrático, crítico e popular que a imensa maioria do país não reaccionário deseja e espera...»

A partir de uma tal convicção, os artigos do fim de 1975 e dos primeiros meses de 1976 não podiam deixar de registar o refluxo da revolução portuguesa, primeiro sob a forma de uma esperança obstinada e depois, sucessivamente, em termos de franca inquietude e amargo desgosto. Em «Confiança na revolução», artigo de 1 de Dezembro, «a fase revolucionária da nossa revolução parece [...] encerrada». Mas não a propriamente dita, pois «no momento presente o papel do Conselho da Revolução é imprescindível, sob pena de regressarmos automaticamente aos jogos parlamentares [e] o que é de desejar é que as espadas sejam democráticas, lúcidas, socialistas e revolucionárias». Dessa «equipa da esquerda possível» que então teria tomado o poder E. L. ainda esperava «a transformação radical da sociedade portuguesa». Cerca de um mês depois, todavia, em «Bonapartismo(s) ou Chile morno?», já fala num «evidente e pouco generoso processo de restauração em curso». Continua a considerar que socialismo e parlamentarismo não são incompatíveis. Mas acha que «fazer do segundo o critério do primeiro, transformá-lo em panaceia política [...] é inverter na origem a pulsão revolucionária e socialista do processo inaugurado a 25 de Abril». Contra isso, para simultaneamente se salvar a revolução e se evitar o *chilenazo*, evoca, enfim, a possibilidade de um dia termos de recorrer a um «Bonaparte caseiro». E recorda que António Sérgio admirou Mustapha Kemal... Mas não deve ter encontrado suficiente virtude progressista e revolucionária nos potenciais candidatos portugueses a essa função, pois escreveu pouco depois dois artigos em favor de um presidente da República civil, adiantando nomes como Magalhães Godinho ou Henrique de Barros, mas também Ruy Luís Gomes...

Não cabe insistir neste particular, porque E. L. também o não fez. Devo, porém, salientar outro ponto o qual, esboçado atrás, virá avultando pouco a pouco até ocupar o primeiro plano das preocupações do nosso autor. Refiro-me ao espectro ameaçador do fascismo e da reacção. A este respeito importa nomeadamente relevar duas coisas: à uma, naturalmente, que a obsessão antifascista cresce à medida que a *verve* revolucionária decai; e à outra, que o regresso ao fascismo, servido a quente ou morno, tende a ser concebido por E. L. como única alternativa viável ao aprofundamento da revolução. É a tese estrategicamente decisiva da esquerda maximalista, do P. C. P. e de Vasco Gonçalves, com o qual Eduardo Lourenço se manifesta expressamente de acordo: «a escolha é, ao fim e ao cabo, como o actual primeiro-ministro o proclama, entre a revolução e a reacção». E esta afirmação, que é grave, surge-nos como premissa, e não como fruto de uma análise; é devida mais a intuições e ideias feitas do que à clara razão...

Estamos quase a ter de fazer uma pausa para reflectir. Mas, antes disso, ainda devemos acompanhar um pouco E. L. no seu desgosto e no seu temor. Desgosto perante a evolução de «uma grande parte da classe política actual, fisiologicamente burguesa ou emburguesada [à qual] o conteúdo do projecto revolucionário importa menos que o mecanismo formal da representação política». Desgosto ainda quando lamenta que os nossos democráticos governantes, «tomando os seus concidadãos por papuas acocorados», tentem, «como *parvenus*», deslumbrá-los com a enorme e reconhecida importância que têm lá fora, [pois] já é tempo de não hipotecar a nossa vida política às intercepções ou interferências [...] dos Mitterand, dos Schmidt ou dos Giscard [...]». Desgosto, enfim, quando lhe parece que o socialismo empirista português está pagando a conta ao Diabo, com quem

se aliou para travar os comunistas, e já nada tenha de socialista... Quanto a tudo isto, há sobretudo que ler «O socialismo à sombra de Hamlet» e «Caução estrangeira e dignidade nacional», artigos de Fevereiro e Março de 1976. Ao passo que o temor transpira nomeadamente nos dois artigos acerca do «fascismo que nunca existiu», que dão o título ao livro: o primeiro, escrito em Março de 1976, terá sido «provocado» pela prisão de Otelo Saraiva de Carvalho. Mas introduziu um paradoxo e uma perplexidade que não eram de circunstância e tiveram de ser retomados em Abril. Ocupar-me-ei deles no capítulo seguinte.

À beira de terminar este — e antes de passar da descrição ao comentário propriamente dito —, ainda tenho, porém, de mencionar a existência, nesta segunda parte do livro, de dois artigos por assim dizer anómalos — o «Apelo ao(s) retornado(s)» e o «Simplesmente magistral», sobretudo este — que constituem a resposta de Eduardo Lourenço à catástrofe descolonizadora em geral e ao descalabro angolano em particular; e nos quais reaflora, entrecortadamente, a música do «Requiem para um império que nunca existiu». São duas reacções ao vivo, contendo uma implícita e quiçá inconsciente contestação das posições revolucionárias do autor — e também ficam para daqui a pouco [12].

IV

CONCLUSÕES

(Da recaída político-ideológica à vitalidade cultural)

Ao longo dos capítulos precedentes procurei — e julgo ter conseguido — resumir de forma assaz objectiva a evolução ideológica e política de Eduardo Lourenço, na medida em que essa evolução se exprime e cabe em *O Fascismo nunca Existiu*. Não quer isto dizer que se não ouvisse nas páginas precedentes o eco das preferências, gostos e opiniões do crítico. Ouviu-se e espero que bem; mas sem que a sua voz abafasse a voz do autor; e permitindo aos leitores a distinção entre uma e outra. Ora o que vai seguir-se também tem a sua regra. Convém desta vez enunciá-la preliminarmente, para evitar um perigoso mal-entendido. E também porque, ao enunciá-la, estaremos entrando no vivo da crítica.

Tendo por vezes opinado ao expor, o mesmo não deixará certamente de ocorrer agora ao comentar. Mas a mesma separação das águas que ali

---

[12] Deixarei, pelo contrário, de parte o artigo de encerramento, «Ressentimento e colonização ou o complexo de Caliban», cuja discussão tornaria esta crítica de uma extensão proibitiva. Esse artigo tenta (a meu ver com algum brilhante esquematismo) ir à raiz da «má-vontade» dos novos Estados para com a ex-metrópole, considerando-a como sequela inevitável de uma ferida (a colonização, negadora em absoluto do ser africano) que leva por força muito tempo a sarar. Daí que as famosas «relações especiais» contenham por definição um conflito amargo, etc. Assim se abre uma discussão importante, decisiva mesmo no plano cultural e cujas conclusões condicionam sem dúvida qualquer política africana de longo curso. Mas uma leitura imediatamente política deste artigo poderia tomá-lo (creio que injustamente) como uma subtil e denegada defesa de uma sistemática e constante aceitação, pela nossa diplomacia dos *diktats* e acções unilaterais de antigas colónias.

se permite deve ser possível aqui. Na sua linha essencial, esta crítica não será uma opinião. Pretende caracterizar-se pela mesma objectividade (relativa, como tudo na vida, mas muito real) que caracterizou até este momento a apresentação da obra. Tendo descrito dois movimentos (ou «andamentos») de Eduardo Lourenço, vou agora tratar da ligação entre eles e de como essa ligação (ou a falta dela) incide sobre a totalidade da obra, limitando-lhe o alcance crítico ou enfraquecendo-lhe a convicção (e a sedução) política; mas exprimindo, nos próprios temor e tremor, grande complexidade humana e uma considerável riqueza cultural. Ora, ao fazê-lo — e salvo excepções facilmente identificáveis —, não estarei debitando meras opiniões, mas sim emitindo juízos ou hipóteses devidamente baseadas numa análise dos textos, que são os nossos «factos». Vamos a eles. Como este artigo já vai longo — e também para facilitar a ordenação dos pensamentos —, procederei por alíneas, o mais clara e brevemente que puder:

1) Sobre a existência, na obra em apreço, de dois bem distintos e incompatíveis movimentos político-ideológicos não cumpre insistir. Chegados a este ponto, é matéria provada. Deve apenas salientar-se que, num autor cujas posições, por via de regra, são matizadas e finas, sempre sobram elementos da outra coisa: no primeiro andamento dão-se prenúncios do segundo e neste recordações daquele. Eduardo Lourenço nunca estará comodamente instalado em parte alguma; e sempre incomodará os parceiros com quem ande enquanto a si próprio se não trair.

2) Também presumo provada a datação desses dois movimentos, o reformista e o revolucionário, e a sua coincidência (que dificilmente se poderá considerar casual), com duas opostas fases da evolução política portuguesa posterior ao 25 de Abril de 1974: a da presidência de Spínola, que se encerra a 28 de Setembro; e a da construção do socialismo (com as suas várias crises), que se impõe com nitidez a partir do 11 de Março; entre essas duas datas deu-se uma incerta fase de transição. Ora já fiz notar que em *O Fascismo nunca Existiu* não vem nenhum artigo escrito ou publicado entre essas duas célebres datas. Há portanto um vazio em pleno centro do livro, um espaço em branco essencial, que me parece cheio de incertezas e de ignotos pensamentos, constituindo uma fraqueza metodológica e política de alto lá com ela. Interessa esclarecer este ponto.

3) Não ignoro que Eduardo Lourenço escreveu alguma coisa durante o período em questão. Conheço, inclusivamente, dois artigos dos princípios de 1975, sobre o M. F. A. e as relações do poder civil com o castrense, que publicou noutro livro, *Os Militares e o Poder*. Quando falo em vazio, não estou portanto a aludir à falta de prosa em si mesma, embora me pareça assaz significativo que nenhum escrito desses sete hesitantes meses coubesse em *O Fascismo nunca Existiu*. De que se trata então? Ao nível mais profundo, trata-se da ausência de uma tentativa de explicação, pelo autor, da sua própria evolução ideológica. Deixamo-lo, perto do 28 de Setembro, numa atitude de abertura a certas teses spinolistas (as mais importantes), atitude essa que não era de oportunista, antes correspondendo a uma longa e meditada evolução. Ora reencontramo-lo depois do 11 de Março e das eleições, por assim dizer, do outro lado da barricada, aderindo à revolução portuguesa de 1975; e é verdade que, criticando-a nos seus defeitos, tentando democratizá-la; mas sem jamais lhe pôr em causa o princípio e as realizações principais; como se, depois de tudo o que antes nos dissera, eles pudessem ficar ao abrigo de uma exigente análise crítica...

Não podiam. E o caso é tanto mais sério quanto o próprio E. L. nos põe na pista do porquê. Ele bem sabe que a sua posição ideológica e política sofreu, a páginas tantas, uma sensível mudança. E por isso toma desde logo, numa «necessária e inútil justificação» introdutória do livro, o cuidado de nos dizer que «menos importante do que uma efectiva ou hipotética unidade de pensamento — neste caso de ordem ideológica e política — é a permanência de uma atitude». E que atitude? Pois a atitude crítica, uma «paixão de compreender» em que «o autor está implicado naquilo que examina, mas se esforça, nos limites das suas capacidades, por compreendê-lo como se não lhe dissesse respeito». Ora o menos que se pode apontar-lhe é o deixar-se implicar pelo processo revolucionário sem o pesar com o devido cuidado; e sem medir os motivos da sua pessoal adesão, sem que a paixão de comprender tome por objecto a emergência de uma nova atitude político-ideológica. Eis o que esboça uma grave infidelidade à musa inspiradora, essa proclamada fundamental vocação do livre exame.

Tal como a acabámos de formular, esta objecção há-de parecer a muitos o que só até certo ponto é; ou seja: demasiado genérica. Vou por isso concretizá-la nas alíneas seguintes, pela indicação das principais perguntas que acerca da revolução Eduardo Lourenço *tinha* de fazer e infelizmente não fez.

4) A primeira dessas perguntas teria por objecto as condições subjectivas de uma revolução que não resvalasse, como a revolução portuguesa de 1975 notoriamente resvalava, em direcção ao «socialismo autoritário, antidemocrático e burocrático de Vasco Gonçalves», para empregar uma expressão do nosso autor. A este respeito, seria preciso que nos informasse, para começar, da conversão da classe política civil, por ele comparada, como vimos (em 1969), aos emigrados políticos da Revolução Francesa no regresso, que não aprenderam nada e nada esqueceram. Ou então que nos explicasse ou, pelo menos, sugerisse como poderia dar-se a simultânea e mirífica conversão dos aparelhos dominantes da sua unidade de esquerdas: conversão à democracia o do P. C. P. e o do P. S. à revolução. O que E. L. *vê* — e rectamente nos transmite — é o «revolucionarismo convulsivo» do primeiro, tentado pelo precedente de Praga; e a tendência parlamentarista que espreita o segundo, numa situação de retrocesso em que o socialismo «está desembocando em perspectivas deliciosamente próximas das da 1.ª República». Mas lá quais seriam as estradas de Damasco e onde estariam os cavalos para Soares e Cunhal caírem em si e se consorciarem, isso não diz. Ora, nestas coisas, a virtude da pregação não costuma bastar. Os melhores discursos caem em saco roto.

Por outro lado, de onde vinham os militares que em 1975 davam o tom? Vinham da descolonização, «gesta demissionária e incoerente» que havia de culminar, em Angola, no «fiasco mais estrondoso e medíocre dos nossos oitocentos anos de história». Estas últimas frases pertencem a um escrito (o já citado «Simplesmente magistral») que, bem lido, contradiz a tendência geral da segunda parte do livro; e esses militares eram os co-autores do dito fiasco. Deviam vir bonitos... Há que imaginar-lhes um súbito acesso de génio e supor-lhes uma moral à prova de estrondo, para conceber que viessem aptos para os ciclópicos trabalhos do socialismo; e simultaneamente desejosos de ouvir algumas verdes críticas e passar o poder ao povo, ou a quem mais lhas fizesse...

Restava o povo. E se o nosso autor nos levasse a pressentir que as energias populares estavam capazes de suprir todas as mazelas que denuncia

nos políticos, então talvez. Mas E. L., muito pelo contrário, lamenta que o País se demita da questão máxima e interine passivamente a descolonização decidida nas suas costas. Chegando até a dizer que são menos responsáveis os directos actores dela do «que a opinião pública metropolitana (em especial os meios de comunicação da época), encharcada de colonialismo orgânico até aos ossos, embora, na aparência, virada do avesso depois do 25 de Abril». Ora, num preparo destes, ou se conta com algum milagre processual *(Credo quia absurdum)*, ou se adia a revolução para outras Calendas. Em Eduardo Lourenço, como o racionalista não pode acreditar naquilo e o político se recusa obstinadamente (porquê?) a aceitar isto, o crítico cala-se e não ousa abordar a questão. É pena. O seu pensamento revolucionário fica de perna no ar, limitando-se a opor uma utopia frouxa, que como tal se não assume às realidades revolucionárias que lhe cheiravam mal.

5) Outra questão que Eduardo Lourenço põe de parte nos artigos em que exprime a sua confiança revolucionária é a do enquadramento geopolítico da nossa revolução. Nomeadamente não se vê quais viriam a ser os seus apoios externos no dia em que, de burocrática passasse a democrática, quando Moscovo nos retribuísse as distâncias; e uma vez que a brilhante série dos lances «exemplares» nos privava, pelo menos no imediato, de quase toda a influência e de quase todo o capital de negociação que poderíamos ter mantido em África. Mas no «Simplesmente magistral», redigido a quente, E. L. não deixa de pôr o dedo na ferida. Vê perfeitamente que o sucesso da intervenção sovieto-cubana em Angola (ao pé da qual, note-se [13], «o horror e as atrocidades da nossa guerra colonial fazem fraca figura») se integra numa luta pela hegemonia mundial, em que fomos piões. Reconhece que «esta vitória sem réplica do poderio soviético projecta sobre a cena política deste fim de século uma interrogação de outra ordem». E repara, enfim, com estranheza, em que «exactamente os mesmos responsáveis» que em Lisboa se opuseram, com o máximo de energia, à estratégia ideológico-política da União Soviética contribuiriam para, ou foram incapazes de impedir o triunfo da mesma União Soviética em Luanda». Mas não aprofunda nada disto nem se mostra agora interessado (em 1974 estivera) em detalhar as motivações dessa «obra-prima de incoerência política e ideológica [que] consiste em levar a cabo em Lisboa e em África, e sob a mesma responsabilidade humana, duas políticas diametralmente opostas». Apenas sucede que é demasiado inteligente para lhe escaparem certas coisas e demasiado pudico para de todo as calar...

Os resultados desta abstenção geopolítica são dois: *por um lado*, o de confinar a revolução portuguesa entre as quatro paredes de uma diminuta metrópole. Isto é condená-la, a menos que um «eurocomunismo» salvador rapidamente se imponha ou o duvidoso socialismo árabe nos dê uma vigorosa mão. Acho que são eventualidades improváveis, opinião discutível. Mas, em *O Fascismo nunca Existiu*, E. L., cuja posição parece implicar a contrária, não a discute. Deixemos portanto isso. O outro resultado consiste em se não formular nenhuma alternativa real ao alinhamento social-democrático de Portugal; ou aos «abraços indiscriminados da nossa mendicidade efectiva», característicos de uma entrada na Europa, que, sendo

[13] Entre nós, quase nenhuma esquerda nota, o que é muito mau, para ela e para a nação.

necessária e justa, ameaça, no entanto, processar-se em termos de humilhante sujeição.

Eduardo Lourenço protesta contra quem nos põe na postura de «papuas acocoradas», cujos actos e pensamentos aguardam autorização, ou, pelo menos, homologação, dos poderosos e ingerentes aliados, «senhores Schmidt, Miterrand, Brejnev ou Kissinger». Pois é, a coisa dói. Mas porque raio não deixa ele de confiar na acção em prol da independência de certos magnos descolonizadores cujas intenções terão sido puríssimas, mas cuja frenética actividade encheu o Inferno e nos acocorou? São pessoas, de resto, que gostosamente ajoelham perante Agostinho Neto, ou se assoam quando espirra Samora Machel...

Quais serão, na actualidade, os pressupostos, os objectivos, os métodos e os aliados de Portugal numa tentativa de manter ou recuperar alguma sóbria, mas real, independência no concerto das nações? A isto, E. L. também não responde: suspira com força, mas aspira vagamente... Ora não basta amar a revolução para que a independência nos caia do céu. E para haver independência nacional é preciso que continue a Nação. Ora onde estará hoje a nossa? Que é feito de Portugal?

6) O terceiro tema ausente dos artigos revolucionários é o da Nação. Em 1959, Eduardo Lourenço considerava «miserável» um destino que nos reduzisse «à estreita faixa europeia»; e depois, ao desenvolver o tema inquietante do «povo essencialmente colonialista», mui tempestivamente se preocupou com assegurar a Portugal uma *autónoma* continuidade na iminente ruptura do sistema colonial. Isso o levou até, como vimos, a admitir a superveniência de um certo neocolonialismo na fase de transição... Ora o País ficou deveras reduzido, em 1975, ao escasso território do qual para longes terras partira há quinhentos anos. E a sua presença humana e acção material e moral nas ex-colónias também diminuiu drasticamente, sem compensação nenhuma, no termo de uma fulminante e trágica retirada. Então, o nosso autor avaliou a situação sem quaisquer ilusões, chegando a falar, a propósito de Angola «deste Alcácer Quibir sem restauração possível». Nem mais nem menos.

A alusão parece cristalina e mortal. É verdade que nunca mais insistiu nela, pelo que talvez ela tenha correspondido a um momento de passageiro desânimo. No entanto — e tendo posto os problemas que anteriormente pusera —, o mínimo que se pode dizer é que E. L. ficou a dever-nos um sem-número de explicações. Enquanto as não der, todo o seu projecto socialista parece um castelo de cartas sem suporte efectivo. Com efeito, nenhuma revolução dispensa definir o seu espaço político próprio. Mudam o tempo, o sentido e o próprio conteúdo revolucionário quando se contrai, ou se distende, ou se integra num todo mais vasto o ebuliente corpo político. *A fortiori*, não haverá revolução portuguesa se a Nação-Portugal (não digo o País, o povo...), perdido o Império, acabar... Virão quiçá outras revoluções com portugueses, incluindo os que estão em França e algures. Também pode acontecer, não ignoro, que seja a revolução a recriar ou salvar a Nação, desejo que se vislumbra em certas teses mediterrânicas e terceiro-mundistas que nos têm sido propostas. Mas Eduardo Lourenço não as desposa... Na segunda parte do seu livro deixa a Nação em branco e a revolução sem cobertura.

7) Não insistirei noutras observações que se poderiam fazer, tendentes todas elas à demonstração do carácter abstracto e acrítico da adesão revolucionária de Eduardo Lourenço, tal qual se exprime na segunda parte de

O Fascismo nunca Existiu. Posso relevar a falta de um enraizamento económico do projecto político; ou a de uma concreta análise dos conflitos sociais, dos grupos e classes em presença, etc., outras tantas carências co-responsáveis pelo «platonismo» de alguns discursos do nosso autor. Mas seria injusto insistir nisso, na medida em que E. L. não estava obrigado a tratar em detalhe temas que lhe não cabem na alçada. O rigor e o sentido do concreto apenas lhe são plenamente exigíveis na esfera das suas próprias e constantes preocupações. E o crítico vai respeitar esta regra, apesar de ela não ser rígida, pois quer continuar conversando com o autor. Senão mandava-o para a London School of Economics, e ia lá ter com ele, porque também preciso e os nossos livros sairiam bem diferentes. Adiante.

8) Em matéria de revolução, o prato forte de 1975 consistiu num processo de subversão social e de conquista do Estado que, a páginas tantas, arrancou vertiginosamente. Os revolucionários apoderaram-se de (ou infiltraram-se em) algumas cidadelas e impuseram certas reformas económicas cujo alcance era realmente grande e podia parecer (e isso não era) irreversível e inequívoco. Mas este prato forte só era indiscutível no plano empírico, não no teórico. Perante os vigorosos factos brotavam não menos vigorosas perguntas sobre o sentido deles — e nomeadamente a de se saber em que doses se combinavam na prática duas coisas: a mera agitação manipulada e um movimento orgânico de classes trabalhadoras; ou se as reivindicações socieconómicas dessas classes, sendo realmente enérgicas, iam ou não iam desaguar com um mínimo de naturalidade ao projecto (e qual projecto?) socialista. Por naturalidade deve aqui entender-se uma energia própria das ditas classes, que dispensasse um recurso demasiado sistemático a golpes e expedientes vanguardistas; e que correspondesse a uma real capacidade de hegemonia política, com a correspondente obtenção de um vasto consenso nacional.

Como já vimos, E. L. não vai procurar por aqui. Em *O Fascismo nunca Existiu*, a revolução é como que um dado prático bruto que desde logo se sacraliza pelo enunciado de certos objectivos últimos. A este nível, o senso crítico de E. L. decai; onde brilha — e então muito — é nos acidentes do percurso, ao denunciar os erros ou perversões do processo, procurando levá-lo para o bom caminho. Em tudo isto E. L. é, como democrata, muito sério. Como revolucionário, porém, sente-se-lhe a falta de uma robusta elaboração doutrinal. E dir-se-ia até que a sua convicção não passa de uma mera recaída ideológica em fascinações de antigamente. Porque será?

9) Este terreno é algo movediço, reino da opinião e das intuições fugazes às quais não convém deixar rédea solta. Mas existem, esparsos pelo livro, alguns indícios objectivos de que E. L., lá no fundo, bem sabe que a sua revolução é um sonho mal acordado, embora se recuse a tomar conhecimento desta verdade. Num passo salienta a «carência orgânica» das forças socialistas. Noutro refere-se ao «baile de máscaras revolucionário [que] já acabou». Noutro ainda recorre a Ruben A. para lembrar que em Portugal as coisas «não existem em si, existem-se», acrescentando que «acontecimentos e ideias flutuam numa espécie de limbo físico e moral, num universo sonâmbulo». Na ocorrência referia-se ao fascismo português, no qual a luz do Sol não batia e, nesse sentido, não existiu. Mas o comentário também acerta na revolução, sendo o próprio E. L. quem faculta, como vamos ver, a interpretação extensiva.

«Sob certos aspectos e para muitos de nós», «o que foi acontecendo depois do '25 de Abril' foi quase um espectáculo *retro*, um fenómeno se não do 'já visto', pelo menos do imaginado e do adivinhado.» Porquê? Porque, «antes de descerem mais ou menos travestidas à praça pública, as ideias que neste momento se defrontam já combatiam, invisíveis, mas presentes, como os deuses homéricos, nas páginas dos romances, dos ensaios, dos poemas da minha geração». Ora a geração de Eduardo Lourenço é — se não erro — a que abriu os olhos para a política com a guerra de Espanha, ou, poucos anos mais tarde, ao vibrar, lá para o fim da segunda guerra mundial, com as resistências armadas e tendencialmente socializantes. Porém, vibrou o mais das vezes pela rádio e pelos jornais, sinceramente, mas sem acção nem confronto bastantes: morreu pouco em Madrid ou por essa Europa fora; teve de ficar-se o mais das vezes pelos limbos, pelas fantasias ideológicas e sentimentais correspondentes a uma escassa e cinzenta realidade. Mas vinte, trinta anos mais tarde, ao parecer-lhes que Lisboa e a margem sul estavam *quase* a arder, muitos homens e mulheres desta geração — e não só [14] — foram certamente atraídos pelas velhas vozes e pelos heróicos exemplos, por antigas vocações juvenis, às quais entretanto tinham sido infiéis, mas fidelissimamente. E entraram no baile revolucionário tardio, alguns apanhados pela grande ilusão, outros talvez por puro dever para com sonhos e promessas que, frustrando-se, os tinham feito. Falo dos melhores, claro, ou do melhor em cada qual. Houve outras motivações — e decisivas —, mas não as vislumbro no nosso autor.

Desta sua geração, Eduardo Lourenço é um dos mais lúcidos expoentes. E até sabe — disse-o a propósito do Império — que aquilo que não existe nos pode formar... Mas em 1974, quando o constante exercício da lucidez e também de um difícil patriotismo o já tinham levado para muito longe das seduções frentistas; e no preciso instante em que se trataria de inflectir, no sentido da maior generosidade e da mais inteligente abertura, uma *aliança reformadora nacional* — eis que a descolonização brusca e bronca lhe retira (nos tira) a Nação sonhável como um tapete de sob os pés... Não parece muito duvidoso que E. L. tenha ficado politicamente ao desamparo, sobretudo a partir do 28 de Setembro. E daí, quem sabe, a sua posterior recaída na unidade de esquerdas, amor velho ou antiga tentação que se mantinha disponível; e que, teoricamente pelo menos, seria retomável à luz das novas leituras inspiradas pelo eurocomunismo e arredores. De resto, alguns pontos essenciais do programa frentista pareciam realizar-se na lusa prática: a reforma agrária, as nacionalizações... Como duvidar da bondade ou legitimidade destas «conquistas revolucionárias» sem ir contra o próprio povo? Convenhamos que isso não era nada fácil para um intelectual de esquerda, por mais heterodoxo que fosse. Sobretudo num momento em que a alternativa nacional-reformista se esfumara.

Não conheço bem o passado ideológico e político de E. L., nem lhe vou agora sondar os rins. E, portanto, estas últimas linhas não passam das impressões, devendo ser tomadas a título de hipótese. Mas, fossem quais fossem os motivos pessoais, a evolução de Eduardo Lourenço não constitui um caso isolado, antes correspondendo à de muitos outros socialistas que, nos últimos tempos do deposto regime, se manifestavam cada

---

[14] E não só... Com efeito, outras fornadas de revolucionários haviam de imaginar em 1975 a «divina surpresa» de Lisboa repetir Petrogrado de 1917 ou Paris de 1968; ou de ver Portugal como uma Cuba europeia.

vez mais sensíveis à problemática da Nação, mas que dariam depois o braço ou tentariam repescar para o poder quem ia dando cabo dela...

Haverá quem chame a isto um regresso do filho pródigo. Eu acho que foi uma recaída. Enquanto juízo de valor político são duas meras opiniões. A minha tem a só vantagem de conter um elemento não opinativo: a constatação de que, como vimos, E. L. não esclarece o seu percurso, nem justifica racionalmente a sua nova posição. O que é preocupante do ponto de vista de um socialismo crítico.

10) Trata-se, todavia, de uma recaída de sempre-em-pé... Como já noutro lado tive ocasião de salientar, e por muito que, em Eduardo Lourenço, o morto tenha agarrado o vivo, a verdade é que este último se debate com extremo vigor. E unidade de esquerda sim, mas digamos que devagar, problemática e perplexa, sofrendo uma constante contestação de análises que lhe são hostis e a concorrência da inspiração contrária. Neste sentido, já referi os artigos de 1976 sobre a descolonização, dificilmente harmonizáveis com a última veia do autor. Mas os dois sobre «o fascismo que nunca existiu» [15], que dão o título ao livro, também testemunham de contradições sem dúvida politicamente aborrecidas, mas que, culturalmente falando, denotam uma inquieta riqueza e ainda, mais do que mera vivacidade, bastante vigor.

Por um lado, E. L. dá nesses artigos ares de embarcar, malgrado o seu diverso estilo, numa cruzada antifascista em que predominam os motes (vulgares) alheios; e a qual, tentando partir o país definitivamente em dois, havia de achar nisso *a posteriori* confirmação do acerto das previsões em que assenta... Constituir-se-ia enfim um novo tandem (direita-esquerda) tão esquizofrenicamente orientado como o foi, a partir de 1945, a dupla regime-oposição; desse modo se evitando a democracia «burguesa», da qual há quem tenha mais medo do que o Diabo da Cruz. Correm neste sentido os passos em que E. L. aceita, de forma perfeitamente acrítica, sem qualquer análise própria, a tese de que a única alternativa à revolução consiste no triunfo da reacção. E, a propósito, devo rectificar a opinião, expendida no *Diário de Notícias*, de que a falta de definição do fascismo não prejudica muito o discurso teórico de Eduardo Lourenço. Só não *prejudicava* quando esse discurso, tendo por objecto privilegiado a Nação, se ia afastando dos simplismos anti-salazaristas de esquerda. Mas hoje o movimento é inverso, tal como a circunstância política. E quem vê o fascismo de volta a galope terá de nos explicar bem melhor de que animal se trata... Ora, ao nível da definição, E. L. não o faz.

Mas, por outro lado — e sobretudo ao nível da inserção na história de Portugal das tendências autoritárias —, já se nos deparam em E. L. discursos bem mais estimulantes, que retomam a sua melhor inspiração e excluem todo e qualquer primarismo antifascista. Primeiro afirma sem peias que «a aleatória [...] ou mais que suspeita democraticidade de muitos antifascistas foi, se não o único, o mais autêntico oxigénio do antigo regime». Depois compara «a realidade efectiva do fascismo português à de um cancro omnipresente, mas invisível e indolor [...], doença que, se doença era, foi vivida com uma espécie de normalidade que se parece muito à da saúde». E, corajosamente, chega até a sugerir qualquer coisa como a necessidade de se desfascizarem os desfascizadores: é quando refere o apoio essencial

[15] «O fascismo nunca existiu» (25 de Janeiro de 1976) e «Acerca do fascismo que nunca existiu» (9 de Abril de 1976).

prestado ao Estado Novo pelas Foças Armadas, «agora outras, mas não tanto», e quando cita a frase famosa de um jovem oficial na TV: «estamos todos enlameados...» Nesta base, a acção antifascista nada tem obviamente a ver com a homónima histeria que certas forças muito gostariam de desencadear. E, no fundo, tudo isto exclui um socialismo e uma unidade que dessa histeria precisem; que rigidamente separem os de direita e os de esquerda, os bons e os maus; e que, para «extrair» do corpo político português um cancro generalizado, se proponham utilizar métodos cirúrgicos como se de um abcesso circunscrito se tratasse...

Deixemos isso. Afinal, o fascismo português existiu a sério e mesmo «com uma espécie de perfeição absoluta, mas nunca como a maioria da oposição democrática a pensou e a ele continua a referir-se uma parte da classe dirigente triunfante» depois do 25 de Abril, «simplificando-o com uma espécie de violência infantil, que se reserva aos papões». Eduardo Lourenço julga — e bem — que, entre os factores da queda do Estado Novo, o elemento não-orgânico constituiu o factor decisivo. Com efeito, essa queda não ficou a dever-se a contradições internas, as quais sem dúvida existiam, mas eram controladas e se continham dentro de limites suportáveis pelo sistema. Resultou, isso sim, do *impasse* colonial. E o sistema fascista metropolitano esbatia-se justamente por corresponder a «qualquer coisa de profundo, de intimamente ligado, por todas as fibras do nosso itinerário histórico, a toda uma estrutura arcaizante da sociedade portuguesa». Nesta ordem de ideias, o salazarismo, que nos não caiu do céu, seria em definitivo «uma falsa ou inadequada terapêutica para uma verdadeira e longa doença, para essa espécie de fragilidade histórica nacional que nos envolve a todos e nos continua a envolver». Daí que só em termos hábeis possa o salazarismo ser posto no banco dos réus: nesse banco só cabem as monstruosidades vulgares, ou seja, os seus aspectos mais vistosamente «fascistas» (violentos), que, bem vistas as coisas, escapam àquela «espécie de perfeição», segundo Eduardo Lourenço... E daí também que algo no género facilmente ameace renascer: pelo que do salazarismo inevitavelmente sobra — e tanto é — em todas as nossas fibras... E lá que seja verdadeiro ou «falso» fascismo, eis outra questão de que não tratamos aqui.

Chegado a este ponto, tem E. L. toda a razão ao prevenir os seus leitores de que «o baile de máscaras entre o que efectivamente somos e podemos e o que imaginamos ser, [no qual] se nos tem gasto a vida», ainda pode continuar. E pode mesmo se não tomarmos cuidado. Mas, como claramente se depreende à leitura de E. L., os cuidados do antifascismo dominante, que em si próprio contém fortes elementos fascistóides, não constituem medicina adequada. Só um longo convívio democrático, no quadro da modernização inteligente das «arcaicas» estruturas, será capaz de ir extirpando as raízes do mal. É claro que Eduardo Lourenço até concorda com esta tese. Mas sobreveio-lhe a mística certeza de que, *hic et nunc*, o socialismo conseguirá ser revolucionário com Mário Soares, democrático com Álvaro Cunhal e português sem Portugal. Na ausência de uma tal fé, o seu unitarismo de esquerdas não poderia durar.

Tudo conflui. É, a meu ver, ponto assente, e muito bem assente, que a inclinação de Portugal para soluções autoritárias deve deveras atribuir-se àquilo a que E. L. chama a «debilidade histórica nacional». Ora esta debilidade exprime-se em três características do nosso país: a primeira é o seu atraso económico e social, pelo qual se tem responsabilizado a

dispersão além-mar. E a segunda está na constante hesitação dos Portugueses acerca do destino colectivo que lhes cabe: tiveram três impérios (o das Índias, o do Brasil e o africano), sem que o velho do Restelo jamais desanimasse; e ganharam o hábito de pouco acreditar em missões, mesmo quando as desempenham; estão a cavalo entre a Europa e o mais vasto mundo, coisa que não é fácil — e que não vai acabar por mero efeito mecânico de se terem despachado as colónias. Sob novas formas, o fluxo e o refluxo vão provavelmente continuar, como nas marés...

A terceira característica de que falei consiste na tradicional fraqueza da nossa sociedade civil perante o Estado, que tem sido o arquitecto de quase tudo, desde a independência afonsina; Estado esse que todas as revoluções portuguesas têm afinal acrescido, quando esfriam os entusiasmos libertadores; e perante o qual, se exceptuarmos o da Igreja, nenhum corpo social pesa bastante.

Ora agora repare-se (e repare E. L.) numa coisa em que se não tem querido reparar. E é em que, nos últimos tempos do Estado Novo, e pela força das coisas (muito contra o gosto de Salazar), se verificavam neste panorama substanciais alterações. O País modernizava-se, embora não tão depressa quanto seria de desejar. Em camadas muito vastas da população (e estrategicamente decisivas: as classes médias, o operariado moderno...), o nível de vida subia. E tinham-se desenvolvido alguns poderosos grupos económicos, capazes já de falar em voz alta ao poder político, que por vezes parecia obedecer-lhes — o que, seja dito de passagem, lhe terá precipitado a queda...

Com estes progressos do desenvolvimento capitalista português, extremamente efectivos, apesar de toda a relatividade de que se revestiam e das distorções que trouxeram, perdia até vigor a velha tese do império como causa de decadência. As guerras coloniais vieram chicotear certas indústrias caseiras e sobretudo determinar uma significativa abertura ao investimento estrangeiro, acelerando o desenvolvimento capitalista em todo o espaço económico português e, com ele, o da colonização nos territórios africanos. Eduardo Lourenço diz a páginas tantas, acerca do «império que nunca existiu», ter ele sido «mais sonho compensador do que verdade». E a fórmula seduz. Mas talvez não tenha tomado bem nota de que, quando o salazarismo se abeirou do fim, alguns dos seus mitos desembocavam em alguma realidade. Quando a colonização se tornou efectiva, passando a beneficiar directa ou indirectamente muitos portugueses [16], é que a manutenção da soberania sobre as colónias se foi revelando inviável. Ao passo que, na metrópole, algumas estruturas corporativas também tinham, enfim, acedido à existência nos últimos quinze anos...

Ora tudo isto complica singularmente a herança do deposto regime. Sobretudo se pensarmos que a referida abertura ao capital estrangeiro, que sem dúvida a este nos subordinou, veio paradoxalmente alargar (e não dimi-

[16] Eduardo Lourenço repete, sem introduzir qualquer atenuante, a tese de que as colónias «não eram do país real, mas de algumas centenas de pessoas dele». E, assim, se para a consciência metropolitana, «seriamente falando, o nosso império nunca existiu», não será de estranhar, bem vistas as coisas, o «eclipse fulgurante» da descolonização: «[...] do nosso na verdade ímpar colonialismo, o actual processo de descolonização é o coroamento natural [...]» Com efeito, só em nome «da insólita pretensão [...] de não [sermos] colonialistas» se compreenderia plenamente a nossa pretensão «de oferecer ao mundo uma descolonização-relâmpago e sem problemas»...

nuir) as margens da nossa autonomia diplomática. E porquê? Porque Salazar, o qual sempre procurara diversificar as nossas relações para escapar à tutela britânica, refinou esse jogo na última fase do seu consulado. De modo que Portugal dependia cada vez mais do capitalismo estrangeiro *em geral*, mas conseguia, apesar disso (e jogando-as umas contra as outras), limitar as influências particulares deste ou daquele país...

Nestas circunstâncias é que deve situar-se a descolonização algo neocolonialista que E. L. favoravelmente encarou. Pode, com efeito, supor-se que essa descolonização, assegurando uma continuidade nacional e doseando a firmeza com uma inteligente generosidade (coisa de que Spínola se não mostrou capaz), teria até a virtude de acrescer o campo de manobra de um Portugal democrático. Democrático e também «neocapitalista», como se diz? Decerto; mas em processo de progressivas, conscientes e responsáveis superações, se a esquerda soubesse animá-las...

Em vez disso, foi o que se viu. Não se refaz a história, mas há que sabermos tirar as consequências do que nela se fez. E o que até mais ver se fez foi aumentar essa «debilidade histórica nacional», que Eduardo Lourenço considera a matriz do fascismo. E isso quer ao descolonizar além-mar, quer, intramuros, ao desencadear-se a revolução. Golpista, o processo revolucionário desorganizou o aparelho produtivo, acabou com as divisas do País, endividou-o para lá do suportável e (ao dar cabo dos grupos capitalistas sem por isso instaurar nenhum efectivo poder das classes trabalhadoras), agigantou ainda mais o Estado português, enfraquecendo correlativamente a chamada sociedade civil. Quanto à Nação, deixou-a numa essencial perplexidade e, por ora, sem função própria no mundo, dividida como está entre inconciliáveis utopias, que por vezes introduzem radicais sujeições. A Europa de ou paga ou racha, concebida como D. Sebastião dos falidos, é uma delas, embora o carácter utópico mal se veja, por confinar com o máximo realismo político. E a do «terceiro-mundismo» é outra, que o nosso autor considera digna, ao invertê-los, dos nossos mais desvairados sonhos imperiais. Mas que dizer do socialismo aqui e agora, revolucionário e democrático, que Eduardo Lourenço nos propõe depois de Alcácer Quibir? Passará de uma mística consolação? Será, bem vistas as coisas, menos exemplar e inédito do que a prometida descolonização? De um tal projecto, o mínimo que pode dizer-se é que não parece destinado a introduzir na nossa vida pública o que mais lhe falta. A saber: uma boa dose de sobriedade inteligente e tenaz; um equilíbrio entre o internacionalismo e a Nação; entre o que relapsamente fomos — e por isso ainda de certo modo somos — e aquilo em que tenhamos de nos tornar...

Será pena que Eduardo Lourenço deixe, a páginas tantas, romper-se esta tensão criadora. Ele é dos poucos capazes de pensar a necessária ligação de Portugal à Europa sem total perda de presença no Atlântico e em África. Que, em a perdendo — e ela está a perder-se —, perderia a Nação a sua histórica identidade e ficaria na alternativa de ser, no velho continente, mendigo de uns ou cavalo de Tróia dos outros. E, em qualquer caso, um pau-mandado, acabando-se.

Mas o confronto, em *O Fascismo nunca Existiu*, das duas almas do autor — e nossas — é, apesar de todas estas reservas, extremamente estimulante. Eis o essencial, que toda a crítica deve salientar e aproveitar.